

Religiosos devem contribuir para o potencial da rapariga

Notícias, Zambézia em Foco, 20.07.2018, Pág. 20, ed. 80.417

NEYD AMOSSE

AS confissões religiosas devem contribuir para que a rapariga possa desenvolver todo o seu potencial intelectual e melhorar a sua condição social. Esta posição pertence à juíza Osvalda Joana e foi defendida recentemente em Quelimane durante um seminário para a elaboração da proposta de código de conduta das confissões religiosas para a protecção da criança.

Segundo a magistrada, há organizações religiosas que impedem o crescimento da rapariga com ensinamentos ou práticas que atentam contra o direito da criança, caracterizadas por proibição de frequentar a escola ou assumir determinadas tarefas fora da sua idade. Para contornar o problema, segundo ainda a magistrada, as confissões religiosas devem-se guiar por princípios que ajudem a rapariga a conquistar os seus sonhos, no contexto dos princípios e valores do nosso país.

Na ocasião, ela desencorajou as seitas religiosas que, imbuídas do espírito de melhorar a condição social, moral e intelectual da rapariga, usam a palavra de Deus de forma atentatória.

O representante da World Vision, Pablo Varela, disse que o código de conduta das confissões religiosas para protecção a criança tem como objecto salvaguardar a observância dos direitos da criança como se encontram na Constituição



Os religiosos podem jogar papel fundamental na protecção social da rapariga

da República, na convenção sobre Direitos da Crianças e as demais legislação de promoção e protecção dos direitos da criança.

Pablo Varela explicou que

o Código de Conduta das Confissões Religiosas para Protecção da Criança pretende estabelecer regras de ética a serem observadas na sua actuação pelas confissões reli-

giosas, bem como pelos seus líderes, crentes, colaboradores e outros parceiros, para que se comportem de acordo com as práticas, normas e políticas de protecção dos direitos da criança e ainda para o tratamento adequado de situações de violações de tais direitos no âmbito das práticas religiosas.

O representante da World Vision referiu que o código é uma resposta clara do Governo ao reconhecimento da sociedade de que as confissões religiosas são potenciais agentes de mudanças e o país está urgentemente a necessitar, em matérias de atitudes, de práticas e comportamentos que reduzam a violência nas comunidades.

O secretário do Conselho das Religiões de Moçambique, Albino Mussuei, também reconheceu na ocasião que o código de conduta é de extrema importância porque está a trazer algumas orientações de normas e condutas religiosas.

Segundo as suas palavras, hoje a sociedade moçambicana está a viver situações pouco abonatórias, isso porque há seitas ou grupos religiosos que são contrários às normas da Constituição Moçambicana. "Existem pastores que aceitam celebrar casamento de crianças, obrigam a desistir da escola para poder exercer algumas actividades da igreja", disse Albino Mussuei, para quem o código pode ajudar muito os pastores a entender a necessidade de respeitar os direitos da criança.